



CLIMA EXTREMO

Lula abre 79ª Assembleia-Geral da ONU com discurso que, entre outros temas, abordará as medidas de contenção às mudanças no planeta — em contraste com o enfrentamento à onda de incêndios que há semanas avança pelo país

Queimadas põem em xeque defesa ambiental

» MAYARA SOUTO
» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem, na terça-feira, no discurso de abertura da 79ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, uma tarefa árdua: sustentar o argumento de defesa do meio ambiente e da necessidade de as nações se engajarem na defesa do planeta em função dos extremos climáticos com a onda de queimadas no Brasil, que devastou grandes áreas na Amazônia, no Pantanal e no Cerrado. Apesar da justificativa da longa estiagem — **estudo realizado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)** aponta que a falta de chuvas este ano pode ser a mais severa já registrada no país —, a comunidade internacional acompanha a atuação reticente do governo federal no combate aos incêndios.

Questionado sobre a agenda de Lula em Nova York, o secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), embaixador Carlos Márcio Cozendey, respondeu não ver contradição entre o Brasil defender a pauta climática junto às Nações Unidas apesar de as queimadas se espalharem pelo país. “De certa maneira é o contrário: você vai levar para o cenário internacional que é preciso atuar rapidamente, agir, porque vejamos só o que está acontecendo no Brasil. O que a gente tem visto no Brasil tem uma relação muito grande com os eventos climáticos extremos. Ou seja, uma seca excepcional, que está, de certa maneira, ligada a essas transformações que estão acontecendo”, salientou.

Lula pretende mostrar que houve uma redução significativa no desmatamento da Amazônia (de 36%, no ano passado, em comparação com 2022) e repetirá, no discurso de abertura da assembleia-geral, a cobrança que faz para que os países desenvolvidos se responsabilizem por financiar ações de conservação em nações mais pobres.

Para manter o protagonismo climático e aconselhado por assessores, Lula estuda antecipar o anúncio do presidente da COP30 na viagem a Nova York. Normalmente, o nome só é divulgado na edição anterior — a COP29 ocorre em novembro, no Azerbaijão.

Mais de 192 mil focos

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mais de 192 mil focos de incêndio foram registrados somente este ano — metade deles ocorreu na Amazônia (50%) e boa parte no Cerrado (33%). A última vez que chegou a um percentual tão elevado foi em 2010, quando mais de 207 mil casos anotados. A onda de queimadas em 2024 deixou aproximadamente 60% do território do país coberto de fumaça e invadiu o espaço de nações vizinhas, como Bolívia, Paraguai e Argentina. Já a pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) mostra que cerca de 55% da área do Brasil está comprometida pela seca.

O posto costuma ser ocupado por algum ministro do país-sede. O mais cotado é o secretário de Clima, Meio Ambiente e Energia do MRE, embaixador André Corrêa do Lago.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** não compartilham a visão da diplomacia brasileira. Consideram que a imagem do presidente e do governo brasileiro como defensores do meio ambiente e principais proponentes de medidas compensatórias para os extremos da natureza não sai chamuscada pela onda de incêndios no curto prazo. Mas, no longo, atrai a atenção de outras nações, que acompanharão de perto as respostas do Poder Executivo a eventos inéditos causados pelo desequilíbrio climático.

“Embora as queimadas sejam devastadoras, a imagem do Brasil no cenário internacional não foi severamente afetada, em parte devido às iniciativas de Lula em 2023, com resultados positivos no combate ao desmatamento e compromissos ambientais até 2030. (As queimadas) não foram associadas, de forma significativa, a uma má gestão ambiental pelo governo brasileiro, mas isso não garante que pressões externas e críticas não possam surgir”, adverte Vito Villar, analista de política internacional da Consultoria BMJ.

“O Brasil tem de mostrar para o mundo

Ricardo Stuckert/PR



Presidente na assembleia de 2023. Desafio agora é mostrar que a pregação preservacionista é levada a sério dentro de casa

que já não dá mais para esperar, tem de agir em relação às mudanças climáticas. Em especial, à adaptação ao risco de desastres, olhando para os mais de três meses do episódio (de enchentes) do Rio Grande do Sul”, avalia João Pedro Amaral, representante do Instituto Alana no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Mas ele observa que a abertura da Assembleia Geral da ONU é um momento para o governo brasileiro mostrar as iniciativas que vem tomando para a transição energética. Sobre porque os países estão revisando as metas climáticas individuais firmadas no Acordo de Paris, em 2015 — tratado cujo objetivo é diminuir a emissão de gases que pioram o efeito estufa e aceleram o aquecimento do planeta.

Para o fundador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e diretor do Centro de História e

» Decreto aumenta multas para incêndios florestais

Decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva aumenta as novas multas para quem causar incêndios florestais. Publicado na edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)* na sexta-feira, majora os valores para quem atear fogo em florestas ou outras vegetações nativas (R\$ 10 mil por hectare ou fração) e em florestas cultivadas (R\$ 5 mil). Estipula também que, nos casos em que não forem adotadas medidas de prevenção ou de combate aos incêndios florestais nas propriedades — conforme previsto pelo Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) —, os responsáveis pelo imóvel rural poderão pagar multas que variam de R\$ 5 mil a R\$ 10 milhões. Além disso, as queimadas em terras indígenas terão o valor da multa dobrado e o mesmo vale para punições de infrações ambientais, mediante uso de fogo ou provocação de incêndio.

Documentação Diplomática da Fundação Alexandre Gusmão (Funag), o embaixador aposentado Gelson Fonseca, Lula deve abordar no discurso temas como o combate à fome e desigualdade,

que, conforme observa, estão diretamente ligados aos extremos climáticos. Ele salienta que as nações mais pobres são as primeiras a serem duramente afetadas pelas mudanças ambientais.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Amorim faz o que pode para atalhar o Itamaraty

O ex-chanceler Celso Amorim, assessor especial da Presidência da República e principal articulador do governo brasileiro junto ao regime autoritário da Venezuela, em entrevista ao *Valor Econômico* declarou que o Brasil não pretende romper laços com o governo de Nicolás Maduro, apesar dos impasses no processo eleitoral do país vizinho.

“O Brasil não vai romper relações com a Venezuela. Relações são com o Estado”, disse. Na mesma entrevista, reconheceu o fracasso dos esforços diplomáticos do Itamaraty para que o ditador venezuelano aceitasse a vitória da oposição e disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vai à posse de Maduro.

Como se sabe, as eleições venezuelanas foram fraudadas, as atas das mesas eleitorais exigidas pela oposição e os governos do Brasil, da Colômbia e do México nunca apareceram, a oposição foi a continua sendo duramente reprimida e o candidato oposicionista, Edmundo González, foi obrigado a assinar uma declaração

aceitando o resultado proclamado pela Justiça eleitoral para poder deixar o país e se asilar na Espanha.

A entrevista de Amorim não tem sabor de derrota, mas de vitória. Ao contrário do Itamaraty, o ex-chanceler sempre apostou numa acomodação com a Venezuela e o reconhecimento do governo de Maduro, por motivos que não têm uma explicação plausível, pelas consequências negativas para a imagem do governo numa questão-chave: a centralidade da democracia na sua política.

A atuação de Amorim como mediador e a nota divulgada pela cúpula do PT logo após a eleição, na qual o partido reconheceu a vitória de Maduro, agora parecem jogo combinado. Deixaram Lula numa saia justa. O ex-chanceler ocupa um cargo na Presidência que já foi exercido com mais discricção por Marco Aurélio Garcia, o grande artífice das relações internacionais de Lula com os partidos de esquerda da América Latina e a social-democracia europeia.

Amorim atalha sistematicamente o “low profile” ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, nas

questões mais sensíveis para o Itamaraty, como a crise na Venezuela, a guerra em Gaza, as relações com a Rússia e as imposições chinesas na ampliação dos BRICS. O problema é que isso cria cada vez mais constrangimentos para Lula no mundo Ocidental e mais dificuldades diplomáticas para o Brasil, como na questão na nova lei sobre desmatamento na União Europeia e, também, no seu acordo com Mercosul.

Existe uma larga distância entre as relações internacionais do PT e os interesses nacionais, além do fato de que a política externa brasileira não está desligada da política interna. Nesse aspecto, as entrevistas de Amorim e as declarações improvisadas de Lula, em certos momentos, deixam o governo numa situação difícil perante a opinião pública brasileira. É nessas horas que a experiência e a habilidade da nossa diplomacia deveriam ter mais protagonismo.

Ditadura

Amorim não classifica a situação

venezuelana como uma ditadura, embora o rei esteja nu. “Eu prefiro não fazer adjetivos”, disse na entrevista, a propósito de Maduro. É improvável que Amorim não soubesse das gestões do ex-presidente do governo da Espanha José Luiz Zapatero (PSOE) com Maduro para que Gonzáles pudesse sair da embaixada espanhola em Caracas.

O preço para o candidato de oposição foi assinar a desmoralizante declaração na qual *reconoció y acató — pero no compartió — la decisión del Tribunal Supremo que convalidaba la victoria electoral de Nicolás Maduro el 28 de julio* e negou ter sido *coaccionado ni por el gobierno de España ni por el embajador español en Venezuela*.

Ao justificar sua decisão, em entrevista à agência Reuters, Gonzáles disse que optou pela liberdade, em vez da clandestinidade, como fez a líder oposicionista María Corina Machado, que permanece na Venezuela e apoiou a decisão de Gonzáles: “A sua vida estava em perigo e as crescentes ameaças, intimações, mandados de prisão e mesmo as

tentativas de chantagem e coação a que foi sujeito demonstram que o regime não tem escrúpulos nem limites na sua obsessão em silenciá-lo e tentar subjugá-lo”, declarou a oposicionista no X.

Na sua justificativa, Gonzáles disse que “teria que estar em liberdade para poder fazer o que está fazendo, transmitindo ao mundo o que está se passando na Venezuela e fazendo contatos com dirigentes mundiais”.

Voltando à entrevista ao *Valor*, Amorim atropela o Itamaraty em todos os temas sensíveis, como as queimadas na Amazônia, a guerra na Ucrânia e o conflito no Oriente Médio. Ao destacar a importância da multipolaridade nas relações internacionais, enfatizou a parceria estratégica com a China, que está transformando o BRICS num grande bloco econômico do Sul Astral em disputa com o Ocidente. O Brasil negligencia as relações com os Estados Unidos, quando se analisa a reestruturação e a regionalização das cadeias de valor do comércio mundial. As prioridades são outras.

Na quarta-feira passada, Lula conversou por telefone com o presidente russo, Vladimir Putin. Na pauta, a guerra na Ucrânia e a cúpula do BRICS, que acontecerá na Rússia em outubro.